

## ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FORNOS DE ALGODRES, REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZOITO

Aos vinte e nove dias do mês de junho de dois mil e dezoito, pelas dez horas, realizou-se no
auditório dos Paços do Município, uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Fornos de Algodres
com a seguinte Ordem de Trabalhos:
1 - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA
2 - ORDEM DO DIA
a) Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade desta e da situação
financeira do município, de acordo com a alínea c) do número 2 do artigo 25, da Lei Número 75/2013, de
12 de setembro;
b) Proposta de alteração ao Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Fornos de Algodres;
c) Proposta de Revisão Orçamental n.º1/2018;Proposta de Revisão às Grandes Opções do Plano - GOF
(PPI) n.°1/2018;
d) Eleição dos Membros da Assembleia Municipal que irão integrar o Conselho Municipal da Juventude de
Fornos de Algodres, nos termos do Art.º8, alínea b) do Regulamento respetivo;
e) Proposta de aprovação do Regulamento Municipal de Ocupação dos Tempos Livres
f) Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia como representante da Assembleia Municipal na
Comissão de Defesa da Floresta Contra Incêndios
3 - OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O CONCELHO
4 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO
Aberta a Sessão, o Sr. Presidente da Assembleia cumprimentou os presentes, passando de
imediato à chamada dos membros da assembleia, tendo-se verificado as seguintes presenças: Carlos
Manuel Andrade Costa, António José Elvas da Rocha, Manuel Gonçalves dos Santos, José Aurélio
Marques Veiga, Luís Miguel Ginja da Fonseca, Nélio Alexandre Ferreira Sequeira, Fernando Carlos da
Costa Melo, Ana Teresa Almeida Rodrigues Pinto, Pedro Miguel Freitas Marques Falcão Lucas, Artur
Francisco Almeida de Oliveira, Porfírio Simões Paraíso, Nuno Jorge Porfírio Marques, João Carlos Paulo
Nunes Felício da Costa, Delfim Pereira Rodrigues, António Júlio Rebelo Oliveira, Álvaro Pedro Ferreira dos
Santos, António Gonçalves Gomes, Daniel Alexandre Sousa Andrade, Luís Filipe Rodrigues dos Reis,
Augusto António Morais de Carvalho e António Pires Fonseca
Depois da leitura da convocatória, o Sr. Presidente da Assembleia questionou os membros da
assembleia sobre a existência de alguma proposta de alteração à ata da sessão ordinária de trinta de abril;
não havendo propostas, foi a mesma colocada à votação tendo sido aprovada por maioria com a abstenção
do membro da assembleia
Feita a leitura do expediente, entrou-se no Período Antes da Ordem do Dia, usando da palavra o
membro da assembleia Pedro Falcão, questionando o Sr. Presidente da Câmara acema da veracidade de



uma notícia que fala num pseudoacordo entre ele e o Sr. Dr. Miranda, em que lhe é atribuído um subsídio
de reintegração na vida ativa e acerca da dívida de oito mil euros ao restaurante. Referiu, também, que o
Sr. Presidente da Câmara havia dito que apenas pagaria as dívidas aos credores depois de decisão judicial
e, nessa medida, questionou se chegou a um acordo com a Firma Lopes e Irmão
Interveio o membro da assembleia João Carlos Felício referindo que na última sessão da
Assembleia Municipal ao colocar a questão acerca da composição do executivo camarário, foi-lhe dito que
era composto pelo Sr. Presidente da Câmara, pelo Sr. Vice-presidente e por três vereadores em não
permanência e, entretanto, foi nomeado um Chefe de Gabinete; ao ler a documentação referente à
Assembleia Municipal, nomeadamente a ata número sete, constatou que o Sr. Presidente da Câmara havia
nomeado dois vereadores a tempo inteiro, e, nessa medida, pediu esclarecimentos acerca desta situação.
Abordou também a política para o emprego da Câmara Municipal, salientando o que advém da
iniciativa privada uma vez que trás riqueza para o concelho, contribui para a fixação dos que já cá estão e
propicia a vinda de outros que queiram cá investir, uma vez que o concelho está a definhar e, a médio
prazo, poderá acabar; deste modo, questionou o executivo, quais as contrapartidas que ofereceriam a um
empresário que pretendesse criar uma empresa no nosso concelho, para o aliciar a não investir num
concelho vizinho
Usou da palavra o membro da assembleia Manuel Gonçalves abordando a questão das migrações,
salientando que é um assunto com o qual nos devemos preocupar e que as discussões ao nível da
comunidade económica europeia vão no sentido de resolver o problema na sua génese, na medida em que
a Europa está a sofrer uma deriva muito preocupante para o xenofobismo, racismo e fascismo, à
semelhança dos campos de concentração nazis há setenta anos atrás
Acrescentou que era intenção da Assembleia Municipal apresentar uma moção de recomendação
ao governo no sentido de cumprir com as suas obrigações enquanto país solidário, mas foi noticiado que
Portugal iria acolher os refugiados que andaram à deriva durante cinco dias
Solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que mantivesse a intenção manifestada há uns tempos atrás
na possibilidade de acolher alguém nestas circunstâncias
Por fim terminou a sua intervenção com a seguinte citação: "Na vertigem do mundo é urgente parar,
pensar e agir para nos salvar, para nos restituir a dignidade, para que o século XXI não seja mais um século
de horror na história"
O membro da assembleia José Aurélio referiu que em devido tempo, fez uma reflexão sobre os
incêndios de quinze e dezasseis de outubro, chegando-se à conclusão que seria importante reforçar as
Juntas de Freguesia de equipamentos e meios financeiros e, uma vez que se aproxima nova época de
incêndios, questionou o Sr. Presidente da Câmara o que foi feito nesse sentido, já que na noite do dia
quinze foi graças à Junta de Freguesia e à população que se conseguiu salvar a mancha verde ainda
existente.



Referiu, também, que num passado longínquo, sentia orgulho no concelho de Fornos porque estava
munido de infraestruturas do mais moderno que havia, mas hoje, são do mais degradado que existe
relativamente aos concelhos limítrofes, nomeadamente a estrada que liga Queiriz a Carapito e as fossas sépticas
Acrescentou que o Sr. Presidente da Câmara solicitou a colaboração de todos na apresentação de
propostas que contribuíssem para cativar investidores para o concelho e, nesse sentido, referiu que há três
aspetos fundamentais a considerar:
Rever os impostos uma vez que o concelho de Fornos de Algodres é o mais caro nessa área;
Construir um pavilhão com uma área considerável na Zona Industrial de Juncais e colocá-lo
gratuitamente à disposição das entidades, com o compromisso de que, atingindo determinados objetivos
como por exemplo a criação de postos de trabalho, passe para a posse dessa entidade;
Criar um Gabinete de Desenvolvimento Rural, fazendo parcerias e contratando empresas externas
da especialidade, caso seja necessário; criar um banco de terras, alugá-las e disponibilizá-las a quem
quiser elaborar projetos no âmbito da agricultura e, por fim, apoiar de forma distinta a ovinicultura e a
produção do queijo da serra
Por fim referiu que não é a falar do passado em permanência nem a apoiar grupos desportivos e
atividades festivas que teremos futuro como concelho, mas sim apostando numa política de
desenvolvimento
Relativamente à questão colocada pelo membro da assembleia Pedro Falcão, o Sr. Presidente da
Câmara esclareceu que o Sr. Dr. Miranda como ex. autarca, requereu o subsídio de reintegração na vida
ativa conforme decorre da Lei, não havendo, por isso, qualquer tipo de acordo; a Câmara Municipal não
concordando com o valor solicitado, interpôs recurso, o qual foi recusado e, nessa medida, terá de pagar
cerca de trinta e três mil euros.
Informou que todos os outros processos se encontram em tribunal, havendo possibilidade de
chegar a acordo antes de transitarem em julgado. Acrescentou que relativamente a um dos processos da
Firma Boleto & Pinto a Câmara foi condenada a pagar trezentos e trinta e dois mil euros e mais noventa e
· -
dois mil euros de juros, mas estão em negociações no sentido de haver um perdão de juros por parte da entidade.
Relativamente à intervenção do membro João Carlos Felício, referiu que apesar do despacho estar
feito, neste momento, fazem parte do executivo o Sr. Presidente da Câmara e o Sr. Vice-Presidente
Quanto às questões apresentadas pelo membro da assembleia José Aurélio, o Sr. Presidente da
Câmara reconheceu que a Câmara Municipal tem uma responsabilidade enorme na captação de
investimento, mas há situações a ter em consideração, nomeadamente a questão dos impostos,
acrescentando que, no próximo ano, há possibilidade de as câmaras em processo de reequilíbrio poderem
reduzir os impostos sem comprometer o equilíbrio financeiro



Referiu, também, que enquanto Presidente da ADRUSE, fez parte do Conselho de Gestão que
analisou a entrada de projetos das mais variadas áreas, e da Câmara de Fornos de Algodres foi
apresentado apenas um projeto, o que significa que as pessoas não aproveitam este tipo de benefícios
Quanto ao Banco de Terras, este executivo já teve essa iniciativa e o processo está a decorrer
embora com algumas dificuldades, uma vez que os recursos são escassos e as pessoas não se
disponibilizam.
Referiu, ainda, que concorda com a ideia de apoiar a criação de ovinos e caprinos e, nesse sentido,
está a ser negociado um PROVERE relativamente ao Queijo da Serra que vai incidir na produção e não
apenas na comercialização do produto e que poderá contribuir para a fixação de novos produtores
Relativamente à questão das fossas, referiu que duas já foram limpas e as restantes serão
intervencionadas até final de agosto, à exceção das fossas de Vila Ruiva e Ramirão, que terão de levar
infraestruturas novas
No que diz respeito à questão dos incêndios, foi celebrado um protocolo com a Autoridade Nacional
de Proteção Civil, ao abrigo do qual foi criada uma EIP de cinco elementos que irão trabalhar no combate
aos incêndios
Referiu que há um investimento de cerca de oitenta mil euros destinado à limpeza das matas e que
esse processo já está a decorrer e, para além disso, a Câmara estará disponível a ajudar as Juntas de
Freguesia a adquirir Kits de incêndio, caso assim o pretendam
Quanto aos incêndios que deflagraram na freguesia de Queiriz, referiu que esteve sempre presente
no acompanhamento das operações
é um problema gravíssimo e a Câmara estará disponível para os receber caso seja necessário
O membro da assembleia José Aurélio referiu que numa sessão anterior da Assembleia Municipal,
o Sr. Presidente da Câmara afirmara que na noite dos incêndios tinha estado em Cortiçô e, como tal, não
poderia ter estado em Queiriz, ao que o Sr. Presidente da Câmara respondeu que esteve sempre em todas
as ocorrências
Passou-se de seguida à Ordem do Dia, nomeadamente à alínea a) da Ordem de Trabalhos:
"Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade desta e da situação financeira
do município, de acordo com a alínea c) do número 2 do artigo 25, da Lei número 75/2013, de 12 de
dezembro", tendo o Sr. Presidente baseado a sua comunicação no ofício nº 350 datado de 21 de junho de
2018, o qual se dá aqui como transcrito e se considera como fazendo parte integrante desta ata
Não havendo intervenções acerca deste ponto, passou-se de imediato à alínea b) da Ordem do
Dia: "Proposta de alteração ao Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Fornos de Algodres"
O Sr. Presidente da Câmara referiu que o governo aprovou o Programa de Regularização
Extraordinária de Vínculos Precários na Administração Pública e, nessa medida, também o Município de
Fornos de Algodres tem em vista a regularização de vinte e três precários que, até à data, têm prestado



serviço à Câmara Municipal nas áreas da limpeza, no acompanhamento das crianças do 1.º Ciclo, na
piscinas, no museu, no centro cultural e na residência de estudantes
O Município pretende alargar o seu Mapa de Pessoal com catorze assistentes operacionais e nove
assistentes técnicos, o que acarretará um encargo de trezentos e vinte e cinco mil euros anuais
Referiu ainda que para colmatar este encargo foram apresentadas medidas compensatórias
nomeadamente a redução de despesas em diversas rubricas e com o pessoal afeto aos programas do
Instituto do Emprego e Formação Profissional e, para além disso, prevê-se que nos próximos três anos se
reformem onze funcionários
Usou da palavra o membro da assembleia João Carlos Felício referindo que são vinte e três novos
funcionários, o que para uma Câmara desta dimensão, corresponde a um aumento de 25% do Quadro de
Pessoal, condicionando as contas do Município em mais de trezentos mil euros anuais e com tendência a
aumentar, e, nessa medida, questionou onde fica o desenvolvimento do concelho e o investimento privado
Acrescentou que considera precários os que trabalham a recibos verdes há nove ou dez anos para
colmatar as necessidades prementes da entidade para a qual trabalham, à semelhança do que acontece
no seu serviço
Por fim referiu que o futuro dirá quem irá ocupar esses vinte e três lugares porque na sua opinião
muitos passam pelo pagamento de promessas eleitorais
O membro da assembleia Artur Oliveira referiu que a Lei 112/2017 tem determinados pressupostos,
há de facto uma proposta de parecer subscrita por uma técnica superior à Comissão Executiva do FAM,
mas não temos acesso ao fundamento apresentado pela Câmara Municipal que justifique a necessidade
de integração de tantos funcionários e, nessa medida, estão limitados na análise desta matéria
O membro da assembleia Luís Ginja referiu que ao ouvir o Sr. Presidente da Câmara afirmar que
as medidas compensatórias que apresentou não põem em causa a sustentabilidade da dívida, para ele é
uma justificação mais do que suficiente relativamente a este assunto
Acrescentou que há inscrições prévias online para as pessoas que queiram aderir a este programa
e só posteriormente é que cada entidade seleciona as que reúnem condições para entrar
Interveio o membro da assembleia Fernando Melo questionando o executivo se as vinte e três
pessoas fazem parte de medidas de emprego, se há alguém a recibos verdes ou se são jovens envolvidos
em protocolos
Referiu, também, que se uma Câmara em processo de reequilíbrio financeiro tem coragem para
fomentar a entrada de vinte e três pessoas, também deverá ter coragem para pedir uma redução dos
impostos, uma vez que contribuiria para o desenvolvimento do concelho
O membro da assembleia Manuel Gonçalves referiu que as críticas que ouviu da Bancada do PSD
sobre a integração das pessoas tem certas analogias com o que ouviu há vinte anos atrás, aquando a
integração dos contratados a prazo no governo de António Guterres, que teve coragem de lutar por quem
estava há dezenas de anos em situações contratuais e que não sabia o que o futuro lhes reservava



Acrescentou que seria extremamente atentatório aos direitos dos cidadãos do nosso concelho se
o Sr. Presidente de Câmara não aproveitasse uma oportunidade como esta que possibilitará a estas
pessoas um futuro digno e seguro e, da mesma forma que uma empresa dá possibilidade de trabalho,
também a entrada destas pessoas contribuirá para a fixação e produção de riqueza no concelho.
com qualquer promessa eleitoral e nem o Sr. Presidente tem jeito para isso
Disse, ainda, que a maior obra do Sr. Presidente foi renegociar uma dívida que herdou e sobre a
qual vamos pagar juros brutais que impedirão o desenvolvimento do concelho e que a entrada de vinte e
três pessoas vai resolver um problema pessoal, social e político e é assim que se constrói um concelho,
tendo, por isso, todo o apoio da Bancada do PS para seguir com esta integração
Interveio o membro da assembleia Pedro Falcão questionando o Sr. Presidente qual o fundamento
apresentado pela Câmara Municipal para a integração de vinte e três pessoas e não, por exemplo, de vinte
e sete ou trinta
O membro da assembleia Porfírio Marques referiu que chegaram a acordo relativamente ao facto
de a Câmara Municipal necessitar de mais pessoal, discordando, apenas, a Bancada do PSD quanto ao
número de pessoas a integrar, alegando que haverá um aumento de 25% do Quadro de Pessoal, mas,
daqui a três anos, já não serão 25%, uma vez que se prevê que se reformem onze pessoas e, nessa
medida, devem aproveitar esta oportunidade
Discordou das palavras do membro José Aurélio quando afirmou que a Câmara está a promover a
criação de emprego fictício, uma vez que a integração destas pessoas é garantir-lhes a possibilidade de
ter um futuro e que emprego fictício é a contratação de CEIS para suprir as necessidades da Câmara
Municipal
Usou da palavra o membro da assembleia José Aurélio referindo que, de acordo com as palavras
do Sr. Presidente, o encargo com esta medida em 2019, rondará os trezentos mil euros; se refletirmos este
valor no tempo vigente que o empregador dá ao empregado até à idade da reforma, rondará os treze
milhões e se acrescentarmos os aumentos naturais e progressões de carreira aumentará para os vinte e
cinco milhões de euros, nessa medida, o concelho não pode ficar amarrado a um compromisso de trinta e
cinco ou quarenta anos, por serviços que possivelmente não serão necessários, uma vez que se
contratualizarmos externamente o serviço fica mais barato, com mais qualidade e apenas durante o tempo
necessário
Referiu que concorda com a criação de emprego por parte do Município, mas terá de ser emprego
altamente qualificado de modo a contribuir para um concelho com mais qualidade
Disse, também, que desconhecia a existência dos dois gabinetes referenciados pelo Sr. Presidente
e, nessa medida, terão de lhe dar visibilidade e talvez reforçar o Quadro de Pessoal nessa vertente e não
empregar por empregar porque quando não há dinheiro é necessário fazer uma seleção e empregá-lo onde
rentabilizar mais



Há trinta anos apresentou uma proposta à Câmara Municipal no sentido de reduzir o número de
cantoneiros e criar um Quadro Técnico, criou a Secção de Obras e foi altamente criticado por algumas
medidas que adotou
Referiu que o desenvolvimento do concelho passa pela qualidade dos serviços, podendo a Câmara
Municipal contratualizar com entidades externas, à semelhança do que fazem outras Câmaras e exigir a
essas empresas que sejam os residentes do concelho a prestar esses serviços
Acrescentou que gravíssimo é admitir tanta gente e sujeitar a Câmara a um custo vitalício e
gravíssimo é, também, pensar que a reorganização económica do concelho se deveu a esta Câmara,
porque todas as Câmaras, através do FAM, reorganizaram os seus serviços financeiros. Para além disso,
uma das medidas compensatórias apontadas é a redução das despesas de investimento e nenhum
concelho se desenvolve se não houver uma aposta no investimento e na melhoria da qualidade de vida e,
para isso, tem de haver algo diferente que nos traga um retorno rápido em termos de criação de postos de
trabalho e riqueza, caso contrário, numa futura restruturação do país, corremos o risco de não ter concelho.
Usou da palavra o membro da assembleia Porfírio Paraíso referindo que a Câmara Municipal está
já a pagar a alguns funcionários que prestam serviço à instituição e que, com este programa, estas pessoas
ficarão a residir e a trabalhar em Fornos de Algodres. Referiu, também, que o Sr. Presidente tem feito um
excelente trabalho na gestão financeira da Câmara, uma vez que os funcionários sempre receberam
atempadamente. —
Por fim referiu que quem não reside em Fornos desconhece o que aqui se passa, na medida em
não sabem que a cooperativa FORAL é a representante do Banco de Terras em Fornos de Algodres
O membro da assembleia Manuel Gonçalves referiu que tem um conceito de sociedade diferente
do membro da assembleia José Aurélio, na medida em que o dele é mais empresarial, receando a sua
atitude relativamente à Câmara Municipal, uma vez que, de acordo com as suas palavras, dá a entender
que a Câmara não necessita de funcionários, porque todos os postos podem ser entregues a empresas
privadas. Acrescentou que muitos municípios estão a repensar voltar a ter determinados serviços na própria
Câmara, uma vez que os valores que pagam às empresas privadas são muito altos e, para além disso, não
há fixação de pessoas, na medida em que as empresas têm os seus próprios funcionários
O membro da assembleia José Aurélio referiu que a Caixa Geral de Depósitos contratualiza serviços
externos para proceder à limpeza das Agências, com a condição de essas empresas contratarem
ocalmente os seus empregados
O Sr. Presidente da Câmara referiu que respeita todas as opiniões relativamente a esta matéria e
que a fundamentação apresentada pelo Município assenta na diminuição ou eliminação dos POC'S е па
previsão de onze reformas nos próximos três anos
Relativamente ao facto de o membro da assembleia João Carlos Felício o ter acusado de
promessas eleitorais, respondeu que há cinco anos atrás não precisou de o fazer quando lhe ganhou as
eleicões autárquicas



No que concerne à intervenção do membro José Aurélio, referiu que concorda com a sua visão
para o concelho, com algumas ideias que defendeu enquanto vereador e com algumas medidas que
implementou, mas, como toda a gente, também errou, nomeadamente no que diz respeito à Avenida hoje
denominada 25 de Abril, na medida em que há três entradas para Fornos de Algodres, enquanto outros
concelhos de maior dimensão têm apenas uma ou duas
Referiu, ainda, que das quinze Câmaras que fazem parte da Comunidade Intermunicipal, a de
Fornos de Algodres é a que tem um rácio menor no que concerne ao número de trabalhadores
O membro da assembleia José Aurélio esclareceu que a avenida que ele projetou tinha por objetivo
a ligação da zona industrial ao centro da vila, era menos inclinada, mais larga e tinha zonas de
estacionamento, mas foi alterada posteriormente e provou-se que foi extremamente importante para o
concelho
Acrescentou que, possivelmente, poderia ter sido remodelada sem haver necessidade de construir
outra ao lado que, por acaso, foi muito bem feita, mas a Câmara estragou-a na medida em que transformou
uma via rápida numa estrada propicia a causar acidentes, apenas para evitar que três ou quatro moradores
se desioquem cem ou duzentos metros.
O Sr. Presidente da Câmara esclareceu que o limite de velocidade é o que existia antes da estrada
ser intervencionada e que quiseram evitar que os moradores daquela zona, nomeadamente o dono do
aviário se deslocasse à rotunda para poder entrar na sua propriedade
O Sr. Presidente da Assembleia colocou a alínea b) da Ordem do Dia a votação, tendo sido a
mesma aprovada por maioria com quatro votos contra da Bancada do PSD, uma abstenção do CDS e seis
votos a favor da Bancada do PS e Independente.
Passou-se à alínea c) da Ordem do Dia: "Proposta de Revisão Orçamental n. º1/2018"
O Sr. Presidente da Assembleia sugeriu que discutissem a alínea C) e a alínea d) em simultâneo,
na medida em que estão interligadas, não havendo nada a opor por parte dos membros da assembleia
O Sr. Presidente da Câmara esclareceu que a revisão orçamental e a revisão das GOP se devem
à integração do saldo de gerência do ano anterior, ao pagamento dos passivos contingentes e ao reforço
da candidatura ao Portugal 2020, nomeadamente ao projeto de modernização administrativa, remodelação
do CIAFA, requalificação do espaço junto à Nossa Senhora da Graça, Escola do 1.ºCiclo de Figueiró e
Piscinas Municipais; todos estes projetos são financiados em 85%, sendo a comparticipação da Câmara
de 15%
O Sr. Presidente da Câmara referiu que haverá, também, um reforço relativamente à questão das
fossas, na medida em que algumas precisam apenas de uma limpeza, mas outras carecem de uma
intervenção de fundo, acrescentando que o projeto referente às fossas da Escola C+S já está em curso
Interveio o membro da assembleia Manuel Gonçalves, solicitando, se possível, que fossem
consideradas mais duas obras nas Opções do Plano, nomeadamente a construção de uma área coberta
de desporto no Centro Escolar de Fornos de Algodres, que permita às crianças a prática de desporto sem



estarem sujeitas às intempéries, e, também, a substituição do tapete verde que já oferece problemas de
salubridade.
O Sr. Presidente da Câmara referiu que tentaram resolver o problema do Centro Escolar através
do Programa 2020, mas como a escola foi construída há menos de vinte anos, tal não foi possível, no
entanto, estão atentos ao problema
O Sr. Presidente da Assembleia colocou a alínea c) da Ordem do Dia a votação, tendo sido a mesma
aprovada por maioria com dezasseis votos a favor da Bancada do PS, CDS e Independente e cinco
abstenções da Bancada do PSD
De seguida foi colocada a votação a alínea d) da Ordem do Dia, tendo sido a mesma aprovada por
maioria com dezasseis votos a favor da Bancada do PS e Independente e seis abstenções da Bancada do
PSD e CDS
Passou-se de imediato à alínea e) da Ordem do Dia: "Eleição dos Membros da Assembleia
Municipal que irão integrar o Conselho Municipal da Juventude de Fornos de Algodres, nos termos do
Art.º8, alínea b) do Regulamento respetivo"
Relativamente a este ponto, foi entregue à Mesa uma Lista com os seguintes elementos:
Bancada do PS – Nélio Alexandre Ferreira Sequeira;
Bancada do PSD – Fernando Carlos da Costa Melo;
CDS – Pedro Miguel Freitas Marques Falcão Lucas
A votação foi feita por escrutínio secreto, tendo-se verificado que houve 21 votos a favor da lista
apresentada, tendo sido aprovada por unanimidade
Passou-se de seguida à alínea f) da Ordem do Dia: "Proposta de aprovação do Regulamento
Municipal de Ocupação dos Tempos Livres"
O Sr. Presidente da Câmara referiu que há atividades que podem ser desenvolvidas pelos jovens
do concelho e, como era prática corrente há anos atrás, entenderam que deviam proporcionar novamente
a estes jovens a possibilidade de participar neste projeto, mas, para ter eficácia externa, terá de ser
aprovado em Assembleia Municipal
Usou da palavra o membro da assembleia Artur Oliveira, começando por saudar o executivo pela
iniciativa, que contribuirá para colmatar a falta de ocupação dos jovens nos períodos de ausência de
componente letiva, reconhecendo o trabalho levado a cabo pela Câmara Municipal em prol da juventude,
nomeadamente os que se encontram em idade escolar
O membro da assembleia Nélio Sequeira saudou, também, a iniciativa na medida em que é uma
excelente forma de manter os jovens ocupados em períodos de férias escolares
Não havendo mais intervenções relativamente a este assunto, foi o mesmo colocado a votação
tendo sido aprovado por unanimidade



Passou-se de seguida à alínea g) da Ordem do Dia: "Eleição de um Presidente de Junta de
Freguesia como representante da Assembleia Municipal na Comissão de Defesa da Floresta Contra
Incêndios".
Deu entrada na Mesa da Assembleia a Lista A com a indicação de Daniel Alexandre Sousi
Andrade, e a Lista B com a indicação de Maria João Castanheira Albuquerque
A votação foi feita por escrutínio secreto, tendo-se verificado os seguintes resultados:
21 votantes
Lista A – 16 votos;
Lista B – 5 votos
Foi aprovada a Lista A por maioria
Passou-se ao Ponto Três da Ordem do Dia: "Outros Assuntos de Interesse para o Concelho"
Interveio o membro da assembleia Nélio Sequeira referindo que seria importante que as Câmaras
Municipais fossem vistas como instituições sociais e não como empresas em que o objetivo primordial é a
maximização do lucro; no seguimento desta visão, elogiou o Fornos Cup que trouxe movimento ao concelho
e, consequentemente, riqueza às empresas e comércio local
Interveio o membro da assembleia Luís Ginja dirigindo-se ao membro José Aurélio dizendo-lhe que
admira a sua forma de estar nas sessões da Assembleia Municipal e que as suas intervenções têm sido
plausíveis para o desenvolvimento do concelho, mas não partilha da sua visão catastrófica para o futuro
concorda com ele quando diz que necessitamos de investimentos, mas para haver investimento terá de
haver mão de obra, e esta é praticamente inexistente devido a várias condicionantes, nomeadamente os
cursos e os POCS; concorda, também, que não deveriamos falar constantemente no passado, mas a
situação em que o Município se encontra é fruto desse passado e, como tal, temos de nos referir a ele
Por fim referiu que as sessões da Assembleia Municipal têm decorrido dentro da normalidade,
apesar de alguns terem uma visão mais política e outros uma visão mais preocupada, congratulando-se
por fazer parte dos que têm uma visão mais preocupada
O membro da assembleia Fernando Melo referiu que o Conselho Municipal da Juventude foi criado
há cerca de dois anos, mas não funcionou, na medida em que as reuniões eram desmarcadas ou marcadas
em cima da hora, o que constituía um incómodo para quem tinha de se deslocar propositadamente
Por fim sugeriu que, há semelhança do que acontecia anteriormente, as reuniões de câmara
públicas pudessem ser descentralizadas
O membro da assembleia Porfirio Marques solicitou ao executivo que disponibilizassem todos os
requerimentos no site da Câmara Municipal, nomeadamente os da Secção de Obras, para que pudessem
ser consultados e imprimidos
Usou da palavra o membro da assembleia José Aurélio começando por fazer um elogio público à
funcionária Cristina Araújo pela qualidade das atas apresentadas referentes às sessões da Assembleia
Municipal, agradecendo o seu contributo, na medida em que não é uma tarefa fácil



Referiu que na próxima assembleia gostaria de ver algo diferente, nomeadamente um Gabinete de
Desenvolvimento Rural, onde fossem agregadas todas as áreas ligadas a esta matéria, que tenham
visibilidade externa e que sejam feitas atividades junto das freguesias e dos jovens, de forma a melhorar o
concelho nessa vertente
Acrescentou que a sua visão para o concelho não é assim tão má como deduziram das suas
palavras, referindo apenas que a continuar com as mesmas políticas, possivelmente haverá problemas no
futuro
Referiu que é apologista da franqueza e da frontalidade, tendo já pertencido a executivos em que
era contra algumas tomadas de posição, tal como aceita perfeitamente que discordem das suas
Disse, ainda, que apesar de estar sentado na Bancada do PSD, antes do partido existe o concelho
e preocupa-o o seu desenvolvimento, de tal modo, que está a fazer investimentos na sua freguesia
Relativamente à dívida, se há uma dívida ilegal, esta tem de ser descortinada, doa a quem doer
Após o PSD ter perdido as eleições, falou com o Sr. Presidente da Câmara acerca da Serra da
Esgalhada, uma vez que é importante clarificar esta questão sem ter em conta partidarismos, e a Câmara
Municipal tem de demonstrar publicamente que a Serra da Esgalhada é do concelho e que continuamos a
usar esse bem, nem que para isso tenhamos de lá fazer investimentos
Relativamente à questão da Avenida 25 de Abril referiu que é um assunto que o entristece, uma
vez que este Município transformou uma avenida moderna e de qualidade numa estrada secundária sem
qualquer interesse para o concelho e para quem lá mora.
Acrescentou que é inconcebível que os moradores da zona não possam andar mais quatrocentos
metros para irem para as suas casas, esperando que a Câmara reflita sobre esta questão e reponha a
avenida tal como existia anteriormente.
Relativamente à questão do emprego e da sustentabilidade, referiu que o concelho de Fornos de
Algodres alimenta emprego que não existe e cria nas pessoas essa ilusão. Acrescentou que dos oitocentos
mil euros disponíveis no orçamento, cerca de quinhentos e cinco mil estão destinados à cultura e desporto
e, se queremos evolução, não podemos investir o grosso do orçamento nesta área, apelando a que adotem
uma estratégia de mudança de modo a contribuir para o crescimento do concelho
Por fim referiu que na tomada de posse alguém havia dito que "finalmente chegou o 25 de Abril ao
concelho de Fornos de Algodres", não ficando satisfeito com a afirmação proferida, na medida em que
estamos num espaço onde todas as ideias são confrontadas e onde dizemos tudo o que pensamos
Ainda relativamente a este assunto, ouviu a explicação dada pelo Sr. Presidente da Câmara acerca
da alteração política, mas tem de haver sempre um contraditório e ao interpelar diretamente a Sra.
Vereadora, o Sr. Presidente recusou-lhe a palavra, o que constituiu uma afronta à Democracia e à liberdade
e, nessa medida, insiste que devemos dar voz à Sra. Vereadora Rita Silva, para bem do concelho e para
bem da Assembleia Municipal; espera que o Sr. Presidente da Câmara lhe dê a oportunidade de se
pronunciar e a Bancada do PSD apresentará uma alteração ao Regimento para que haja uma maior



abertura no que concerne às intervenções
Para terminar referiu que a porta do salão está descaída desde que faz parte desta Assembleia
chegando a abordar esta questão com o Sr. Presidente da Câmara, mas a porta continua na mesma e são
as pequenas coisas que fazem a diferença.
O membro da assembleia Artur Oliveira reiterou o pedido de análise da situação das ervas
nomeadamente nas rotundas e passeios e que contrastam com a forma cuidada de alguns jardins
particulares,
Referiu que estão em fase de começar a pensar no orçamento da Câmara Municipal e de trazer a
aprovação da Assembleia Municipal a questão dos impostos, nomeadamente o IMI e o IRS e, nessa
medida, pensa que tem enquadramento na Lei do Orçamento de 2018, a possibilidade de os Municípios
mesmo os que se encontram em reequilíbrio financeiro, poderem repensar a redução das taxas
Por fim voltou a apelar para que, talvez através dos fundos da ADRUSE ou outra instituição
considerassem o ordenamento da margem direita do Rio Mondego
O Sr. Presidente da Câmara referiu que não alinha em chicanas políticas e, como tal, enquanto
não houver uma alteração ao Regimento da Assembleia Municipal, não dará a palavra à Sra. Vereadora
Rita Silva
Relativamente à questão da avenida sustenta a sua posição em manter as entradas para as
quintas, o que não significa que, um dia mais tarde, não reconsidere.
No que diz respeito ao Fornos Cup referiu que foi uma iniciativa que contribuiu para que o hotel, os
alojamentos locais e os restaurantes estivessem lotados e que tinha de ser um membro da Bancada do PS
a dar a merecida importância ao evento
Relativamente à intervenção do membro da assembleia Luís Ginja, referiu que, de facto, há muita
dificuldade em arranjar mão de obra, consequência da política de emprego do governo; exemplo dessa má
política é o elevado número de pessoas a frequentar os cursos, que, certamente, farão falta no mercado
de trabalho
No que concerne aos impostos, o Sr. Presidente da Câmara referiu que aquando a preparação do
orçamento, estarão atentos a essa questão no sentido de poderem fazer alguma coisa, mas sempre de
acordo com o parecer do FAM
Relativamente às ervas referiu que é uma questão problemática, uma vez que não podem utilizar
fitofarmacêuticos e nem sequer sal, e, nessa medida, depois de procederem à sua limpeza, elas voltam a
crescer
Em relação ao Conselho Municipal da Juventude referiu que não tem grande influência nessa
matéria, mas espera que as reuniões decorram dentro da normalidade
um problema, mas é uma questão a verificar
Por fim referiu que todos os requerimentos da Câmara Municipal se encontram online



O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação a aprovação em minuta das
deliberações tomadas, tendo obtido a unanimidade dos presentes; depois de lida a referida minuta, foi
aprovada por unanimidade e assinada pelos membros da Mesa da Assembleia
Não havendo intervenções por parte do público, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu por
encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos
termos da Lei

O Presidente

O Primeiro Secretário

O Segundo Secretário

Aduel Conch Frank O Segundo Secretário